



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 15 • 23/10 a 05/11/10 • ISSN1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análise

23/10/2010 – Renovação dos caças brasileiros e seus desdobramentos: de FHC a Lula.....p.01

O processo de compra de novos caças para a Força Aérea Brasileira é adiado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo de Lula, em dois mandatos, não conseguiu concluir a compra e dá sinais claros de que também deixará para seu sucessor essa tarefa.

23/10/2010 – A Inteligência de Sinais na China: embates recentes na interceptação de comunicaçõesp.04

De modo geral, a imagem que o público tem sobre serviços de inteligência é frequentemente distorcida, seja através da mídia, da literatura ou do cinema. Isso se deve em parte à relativa opacidade e segredo que cercam suas atividades. Considerando a premissa de que governantes esperam maximizar poder através do desenvolvimento da capacidade de inteligência, esta análise busca avaliar em que medida a recente atuação da empresa chinesa Huawei em território inglês pode ser avaliada como uma operação de inteligência.

Renovação dos caças brasileiros e seus desdobramentos: de FHC a Lula

Análise
América Latina
Segurança
Clarice Moreira de Moraes
23 de Outubro de 2010

O processo de compra de novos caças para a Força Aérea Brasileira é adiado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo de Lula, em dois mandatos, não conseguiu concluir a compra e dá sinais claros de que também deixará para seu sucessor essa tarefa.

O desejo do governo brasileiro em renovar a frota de caças multifuncionais remonta ao governo de FHC. Naquela época foi aberta uma concorrência para a compra desses, que realizam missões chamadas de *dogfight* (caça), ataques terrestres e patrulha – mas têm como principal função a defesa do espaço aéreo. Esta concorrência foi chamada de Programa F-X, no qual dentre vários concorrentes foi selecionada uma lista dos finalistas composta por três nomes: o francês Dassault Mirage 2000-5, o sueco SAAB JAS-39 Gripen e o russo Sukhoi Su-35. Entretanto, a decisão foi adiada para o governo seguinte, visto que as eleições presidenciais de 2002 estavam próximas.

Quando o governo seguinte, de Lula, assumiu a presidência, o Programa F-X foi cancelado com o argumento de que o governo federal deveria primeiramente consolidar programas sociais, para depois tratar da questão de segurança e defesa da nação. Porém, os antigos e quase sucateados Dassault Mirage da FAB tiveram de ser aposentados e, como medida emergencial, foi adquirido um lote de caças franceses Mirage 2000C, que tinham a previsão de servirem por dez anos, enquanto se planejava uma nova

substituição de toda a frota de caças do Brasil.

Durante o segundo mandato do Presidente Lula, com a descoberta do pré-sal, não apenas os militares brasileiros, mas também o governo federal, perceberam a lacuna que a defesa do país presenciava. A partir dessa percepção da necessidade de um melhoramento dessa área, foi criada a Força Nacional de Segurança, as secretarias de segurança foram reforçadas e o Ministério da Defesa ressurgiu como “comando” das forças armadas brasileiras. Ao assumir o cargo de Ministro da Defesa, Nelson Jobim criou uma comissão responsável por elaborar a atual Estratégia Nacional de Defesa (END); dentro desta END estava a renovação da frota da Força Aérea Brasileira.

Criação do Programa FX-2

Tendo em vista a necessidade da renovação da frota de caça brasileira, o governo federal reabriu a concorrência para a escolha e compra de 36 caças, que foi chamada de Programa FX-2.

Várias empresas enviaram suas propostas e destas também resultou uma lista final. Os três escolhidos foram o Americano F/A-18E/F Super Hornet, o Francês

Dassault Rafale e o Sueco SAAB Gripen NG ("New Generation"). A grande polêmica em torno da compra dos caças surge exatamente nesse contexto. O principal interesse vinculado à compra desses caças, segundo analistas, está diretamente ligado à transferência de tecnologia que virá para que, no futuro, o Brasil possa produzir aqui mesmo esses aviões. Analisando as propostas finais das três concorrentes da lista final, o que se verifica, ainda segundo a perspectiva de analistas, é a seguinte:

- 1) O Boeing F/A-18 Super Hornet proporciona uma transferência parcial da tecnologia, garante a construção de peças estruturais no Brasil e outras nos EUA. Vem conjuntamente um grande pacote de armamentos, porém, esta empresa é conhecida por sua baixa credibilidade em seus negócios da área de defesa com os EUA. Ademais, a transferência de tecnologia é algo ainda incerto, pois em grande medida, depende da aprovação do Congresso norte-americano.
- 2) Já o Dassault Rafale tem uma transferência dita total da tecnologia e abertura de uma linha de produção no Brasil; contudo, a França já deixou de cumprir acordos de transferência de tecnologia em outras situações. Sua característica marcante são aviões com custos mais elevados, tanto em operacionalidade, quanto em manutenção.
- 3) A terceira opção, o SAAB Gripen NG propõe uma parceria estratégica no desenvolvimento da aeronave. O Gripen NG é um projeto em andamento, ou seja, o avião só existe como protótipo demonstrador, e isso permitirá que grande parte deste seja construído no próprio Brasil, com uma transferência efetiva de tecnologia.

Depois de alguns vazamentos de informações acerca de possíveis vencedores, tanto por parte do governo federal, da Força Aérea Brasileira (FAB), quanto do Ministério da Defesa, ainda não foi feito um pronunciamento oficial acerca de qual destas três opções será a eleita pelo Presidente da República. Apesar disso, o Presidente Lula anunciou no dia sete de setembro que a decisão pelo Rafale francês já havia sido tomada, mas reconsiderou poucos dias depois e desfez a afirmação. De acordo com o professor Antônio Jorge Ramalho (especialista em defesa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília), caso o Presidente opte pelo Rafale, terá que justificar muito bem a escolha, pois já foi apontado por relatórios da FAB que este, além de ser a opção mais cara, não é a que agrega mais vantagens ao país. O professor ainda acrescenta que do ponto de vista técnico esta escolha parece absurda, pois a melhor escolha seria pelo sueco Gripen, devido ao custo tanto de produção quanto manutenção, maior transferência de tecnologia para o país e sua funcionalidade perante as demandas da Força Aérea Brasileira.

Recentemente o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou que será preciso aguardar o resultado do segundo turno das eleições presidenciais para que maiores decisões acerca do FX-2 sejam tomadas. "Eu já conversei com o presidente Lula, e após o segundo turno das eleições presidenciais vamos então estudar o dossiê do Rafale", disse o ministro no último dia 13 de outubro, em Brasília. "O projeto levará vários anos, englobará os dois próximos governos. Então, o presidente deve falar com o próximo presidente antes de decidir¹."

Desfecho ainda distante

Decisão adiada novamente

[Digite texto]

¹ Fonte: Jornal Poder Aéreo. Disponível em: <http://www.aereo.jor.br/2010/09/30/se-lula-optar-pelo-rafale-tera-que-justificar-muito-bem-a-escolha/>

No dia 15 de outubro, o twitter do Ministério da defesa publicou que a “Decisão sobre caças (FX-2) deve ser ainda em 2010, em acordo com o Presidente Lula e sucessor(a). Só contratos é que ficam para 2011.”

As perguntas e dúvidas que perpassam pela tão aguardada decisão do governo federal suscitam questões para além das apresentadas até o momento. Uma das hipóteses que podem ser levantadas sugere que o Presidente Lula ao eleger o Rafale francês, a despeito deste não ser o eleito da FAB, estaria pleiteando uma parceria com o governo francês para a candidatura do Brasil a membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Outra hipótese não menos válida seria o reposicionamento brasileiro no cenário internacional, derivado dessa parceria com a França. Até mesmo a consolidação de uma liderança regional poderia advir de todo esse processo.

São perceptíveis os vários interesses presentes nesta tomada de decisão. O governo federal, apesar de instância decisória final, deve considerar o posicionamento das Forças Armadas, em especial da FAB (que tende ao Gripen), do setor político que defende uma aproximação com a França e diversos outros setores, em especial os que defendem a transferência de tecnologia para o país.

Dessa forma, segundo Jobim, o país conhecerá o caça escolhido logo após o segundo turno das eleições presidenciais; porém, as consequências advindas da escolha de Lula influirão de maneira decisiva na Estratégia Nacional de Defesa (END) do país pelos próximos anos.

Sites:

BBC Internacional

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100111_cacasbrasileiros_vdm.shtml

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100108_caca_qanda_fa_np.shtml

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100910_lemonde_df_rc.shtml

Poder Aéreo

<http://www.aereo.jor.br/2010/09/26/f-x2-ou-tampao-2/>

<http://www.aereo.jor.br/2010/09/27/vive-le-france/>

<http://www.aereo.jor.br/2010/09/30/se-lula-optar-pelo-rafale-tera-que-justificar-muito-bem-a-escolha/>

Palavras chave: Brasil, Segurança, Defesa, Caças, Força Aérea.

Referência

[Digite texto]

¹ Fonte: Jornal Poder Aéreo. Disponível em: <http://www.aereo.jor.br/2010/09/30/se-lula-optar-pelo-rafale-tera-que-justificar-muito-bem-a-escolha/>

A Inteligência de Sinais na China: embates recentes na interceptação de comunicações

Análise
Ásia
Segurança
Daniel Poltronieri
23 de Outubro de 2010

De modo geral, a imagem que o público tem sobre serviços de inteligência é frequentemente distorcida, seja através da mídia, da literatura ou do cinema. Isso se deve em parte à relativa opacidade e segredo que cercam suas atividades. Considerando a premissa de que governantes esperam maximizar poder através do desenvolvimento da capacidade de inteligência, esta análise busca avaliar em que medida a recente atuação da empresa chinesa Huawei em território inglês pode ser avaliada como uma operação de inteligência.

Embora o uso de espões e informantes especializados remonte à antiguidade em áreas tão dispersas quanto a China, o Oriente Próximo e o Império Romano, a atividade de inteligência adquiriu uma nova escala operacional como função social organizada, profissional e permanente com o surgimento do Estado moderno na Europa. Mesmo então, os serviços de inteligência tal como os conhecemos hoje só começaram realmente a se institucionalizar no século XX¹. A inteligência surge a partir daí, como uma forma extrema e racionalizada que o Estado contemporâneo emprega ao segredo político².

Em termos organizacionais, a atividade de inteligência é composta de um aparelho burocrático formado por instituições especializadas. Essas são responsáveis pela coleta, pela análise, e pela disseminação de informações relevantes para o processo de tomada de decisões. Nesse sentido, a inteligência é tida como um instrumento significativo no provimento de informações e na produção

de conhecimento para chefes de Estado e de governo no que tange às áreas de política externa, defesa nacional e provimento de ordem pública³.

Face ao exposto, é possível avaliar como relevante a compreensão das atividades e estruturas de agências de inteligência para uma maior compreensão da dimensão de seus constrangimentos, uma vez que como órgãos do Poder Executivos dos Estados, essas agências desempenham um papel de grande relevância em contextos conflitantes da conjuntura internacional. No entanto, este texto se limitará a um objetivo bem mais modesto, o de elaborar uma breve leitura sobre a área de inteligência de sinais e os embates recentes supostamente relacionados à China. Por fim, será avaliado em que medida esses constrangimentos podem ser avaliados como atividades de inteligência.

A área de inteligência de sinais

A atividade de inteligência pode ser

¹ Cépik (2003).

² Dewerpe (1994).

³ Cépik (2003).

pensada a partir da metáfora de um ciclo, o ciclo da inteligência. Esse consiste nas principais etapas que caracterizam a inteligência, dentre elas a coleta e o processamento. As atividades especializadas na coleta absorvem entre 80 e 90% dos investimentos governamentais na área de inteligência nos países centrais do sistema internacional⁴.

A inteligência de sinais, ou *sigint*⁵, é tida como a segunda disciplina mais antiga de coleta de informações, originada historicamente da interceptação, decodificação, tradução e análise de mensagens por uma terceira parte além do emissor e do destinatário pretendido⁶.

Hoje, somente através da rede comercial de satélites Intelsat⁷ passam mais de dois terços de todo o tráfego telefônico internacional, praticamente todas as transmissões internacionais de sinais de televisão, bem como a maioria das transmissões de telex, dados digitalizados, fax, e-mail, vídeo e teleconferência⁸. Em função desses dados, é possível, desde já, ter uma breve noção do grau da complexidade enfrentada pelas organizações de *sigint* na guerra cibernética.

A inteligência de sinais na China

Nesses últimos 30 anos, por meio de progressos econômicos, a China tornou-se um Estado de forte influência na região Ásia-Pacífico e no mundo, consequentemente, de maior visibilidade no cenário internacional. Esse rápido crescimento, combinado aos progressos nos setores da ciência e tecnologia, permitiram ao Estado embarcar num

amplo processo de transformação de suas forças armadas⁹.

Esses progressos militares foram acompanhados de uma importante expansão das capacidades chinesas no que concerne à inteligência em todas as suas dimensões, inclusive a *sigint*.

Atualmente, o Departamento Técnico¹⁰ ou Terceiro Departamento¹¹ é o órgão que provê as operações na área de inteligência de sinais na China, tida como a maior detentora desse tipo de tecnologia na região Ásia-Pacífico, operando no continente através de estações espalhadas por todo o país¹².

Embates referentes ao governo chinês na interceptação de comunicações

Face à tamanha capacidade, a China se deparou recentemente com uma série de embates à área de *sigint*, tais como: a ofensiva em redes cibernéticas do Foreign Office¹³ e vários departamentos do Whitehall¹⁴, na Inglaterra, em 2007; e a realização de competições anuais na China envolvendo o recrutamento de *hackers* para o Exército Popular de Libertação¹⁵.

⁹ Ver também: "O crescimento da China e seus reflexos em termos de capacidade militar". Em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CBO_ARQ_BOLET20101005095218.pdf.

¹⁰ Do inglês *Technical Department*.

¹¹ Do inglês *Third Department*.

¹² Disponível em: <http://www.fas.org/irp/threat/handbook/supplement.pdf>

Para maiores informações sobre a estrutura organizacional das agências chinesas de inteligência, ver:

<http://www.fas.org/irp/world/china/index.html>

¹³ Equivalente ao Ministério das Relações Exteriores na Inglaterra.

¹⁴ Equivalente ao Ministério da Defesa na Inglaterra.

¹⁵ Disponível em: http://www.defesanet.com.br/intel1/cn_web.htm

⁴ Cépik (2003).

⁵ Do inglês *signals intelligence*.

⁶ Cépik (2003).

⁷ Internacional Telecommunications Satellite Organization.

⁸ Cépik (2003).

Dentre esses recentes embates, oficiais de inteligência ingleses alertaram em 2009 aos órgãos responsáveis por assuntos de segurança no país que a China poderia ter adquirido a capacidade de desligar os sistemas de telecomunicações e de infraestrutura da Inglaterra. Esses alertas coincidiram com o crescente nível de ataques cibernéticos que os organismos governamentais ingleses haviam enfrentado por parte de governos estrangeiros, particularmente da Rússia e da China¹⁶.

Curiosamente, tais suposições não foram levantadas a partir de informações sensíveis interceptadas por agências chinesas especializadas em inteligência, e sim pela instalação de equipamentos de telecomunicações em uma estrutura pertencente à British Telecom – equipamentos esses provenientes da Huawei, empresa transnacional chinesa da área de telecomunicações¹⁷. A instalação desses equipamentos, segundo oficiais de inteligência ingleses, poderia ser usada para interromper serviços essenciais à população como energia, alimentação e fornecimento de água.

Segundo o chefe do Comitê Conjunto de Inteligência¹⁸, Alex Allan, membros do Comitê Ministerial de Segurança Nacional haviam sido alertados em janeiro sobre potenciais ameaças provenientes da China, em uma reunião no mês de janeiro de 2009. Conforme fontes da Whitehall, a reunião liderada pela S^{ra} Jacqui Smith, Secretária do Interior¹⁹, informou que os ministros não tinham “prestado atenção suficiente às ameaças no passado”, apesar do aumento de alertas por parte dos

serviços de inteligência²⁰.

Considerações Finais

Se tal ocorrência trata de uma ameaça real ou um mero objeto de especulação por parte da mídia, não é possível confirmar por agora.

No caso da atividade de inteligência, as informações relevantes sobre a atuação das agências não estão disponíveis diretamente para o público, e sua disseminação é regulada pelo segredo governamental²¹.

Ainda assim, é importante ressaltar que grande parte das ações na área de inteligência são conduzidas de modo a permitir ao governo negar o seu envolvimento, aprovação ou mesmo o conhecimento das operações para evitar desgastes diplomáticos e crises internacionais. A operação desse mecanismo tende a reforçar a convicção de que os governantes controlam mais efetivamente os serviços de inteligência e segurança do que eles dizem ou parecem controlar²². Isto é, para que possamos reconhecer o envolvimento dessas operações como ameaças externas vitais, uma condição é inevitavelmente necessária: a sua falha.

Referência

Livros e Artigos:

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e*

¹⁶ Disponível em:
http://www.defesanet.com.br/intel1/cn_web.htm

¹⁷ Disponível em:
<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/uk/article5993156.ece>

¹⁸ Do inglês *Joint Intelligence Committee*.

¹⁹ Do inglês *home secretary*.

²⁰ Disponível em:
http://www.defesanet.com.br/intel1/cn_web.htm

²¹ Cépik (2003).

²² Cépik (2003).

democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

DEWERPE, Alain. **Espion. Une anthropologie historique du secret d'État contemporain.** Paris: Gallimard, 1994.

Sites:

Federation of American Scientists

<http://www.fas.org/irp/world/china/program/sigint.htm>

Times Newspapers

<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/uk/article5993156.ece>

DefesaNet - Defesa, Estratégia, Inteligência & Segurança

<http://www.defesanet.com.br/intel/cnweb.htm>

Palavras-chave: Ásia; China; inteligência de sinais; sigint; telecomunicações.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Daniel Monteiro Ramalho Poltronieri Martins; Guilherme Antunes de Castro; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>